

BOLETIM DE CONJUNTURA Nº 7, ANO 3

Edição: 16/04/2009
Periodicidade: quadrimestral

Introdução

O objetivo deste boletim é o de subsidiar o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) no processo da campanha salarial do professorado paulista e na defesa da categoria. Ele está dividido em duas partes: na primeira, traz uma breve análise dos principais indicadores da conjuntura econômica nacional e do Estado de São Paulo, com destaque para a crise econômica; na segunda, apresenta alguns dados conjunturais da Secretaria da Educação, tal como a evolução do emprego e salários do quadro do magistério paulista. A exposição dos dados permite o conhecimento dos indicadores conjunturais em uma linguagem simples e acessível, organizada em quatro tópicos:

1. Indicadores da Conjuntura Econômica Nacional;
2. Indicadores de Contas Públicas do Estado de São Paulo;
3. Indicadores setoriais da área da educação;
4. Conclusão.

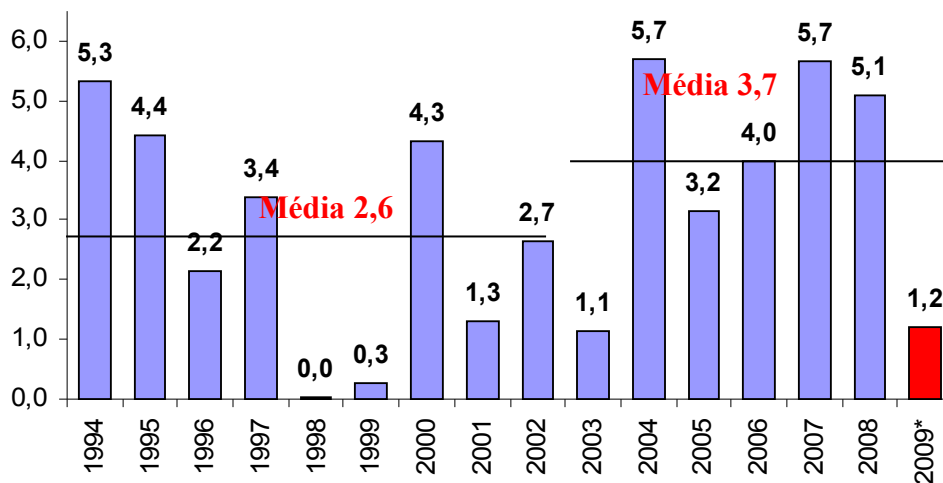
1. Indicadores da Conjuntura Econômica Nacional (PIB, inflação, desemprego)

Em 2008 o PIB brasileiro apresentou um crescimento de 5,1%, puxado pelo aumento do consumo das famílias (5,4%) e, principalmente, do investimento das empresas (13,8%) – que atingiu 19% do PIB, o maior desde 1995, que foi de 21%. Apesar do bom desempenho da economia em 2008, no último trimestre do ano o PIB sofreu uma considerável desaceleração em relação ao terceiro trimestre (-3,6%), em função principalmente da queda da produção industrial (-7,4%) e do investimento empresarial e público (-9,8%).

A queda do PIB no último trimestre de 2008 refletiu os impactos da crise financeira mundial na economia brasileira. Ao que parece a crise não apenas chegou mais tarde no país, como seu impacto parece ter sido mitigado pela forte expansão do setor interno nos últimos anos e também pela baixa exposição externa. Como procuramos mostrar no último boletim, editado no final de 2008, o Brasil tem um baixo grau de abertura comercial externa, exporta apenas 6,8% do PIB e importa apenas 6% de seu produto interno bruto. Além disso, tem uma poupança na forma de reservas que vem se mantendo no patamar dos US\$ 200 bilhões, apesar da grande saída de dólares no fim do ano passado.

Os efeitos da crise fizeram o Banco Central rever para baixo a previsão do PIB para 2009, por hora estimada em cerca de 1,2%. O mercado financeiro traça uma estimativa mais pessimista, prevendo uma retração de -0,3%. Como as estimativas são revistas todo o mês, ainda devemos ter muitas reviravoltas nas previsões ao longo do ano, na medida que forem clareando os efeitos da crise e também dos mecanismos de superação apresentados pelo governo e pelo próprio mercado. Entretanto, mesmo com um baixo crescimento em 2009, podemos esperar que a média de crescimento do PIB no governo Lula (3,7%) siga acima da média apresentada no período FHC (2,6%).

Gráfico 1
Taxa de Crescimento do PIB
1994-2009



Fonte: IBGE

Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

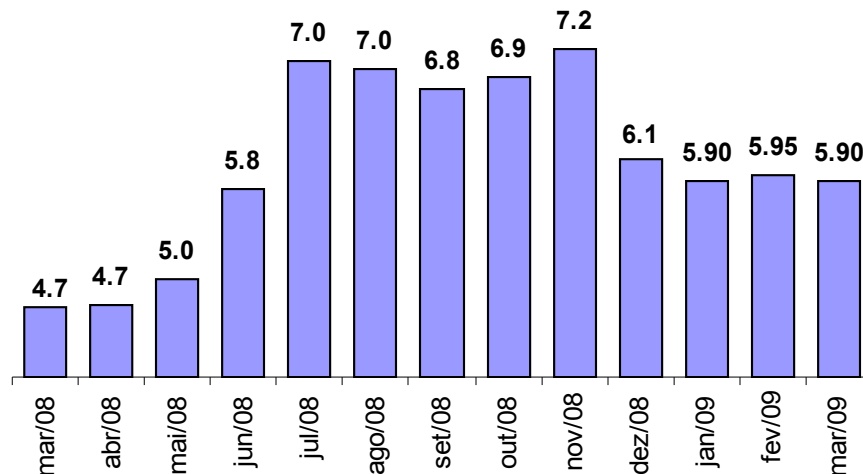
*Projeção do Banco Central (Relatório Trimestral de Inflação – Março de 2009)

No que diz respeito à inflação, o cenário futuro parece ser um pouco melhor. Se a alta inflacionária vivida pelo país em 2008 foi impulsionada pelo boom econômico mundial, agora podemos esperar o efeito inverso. Ao que tudo indica, um dos efeitos imediatos da crise econômica deve ser a deflação generalizada do preço dos bens cotados no mercado internacional. Aqueles mesmos bens que puxaram a alta inflacionária que teve seu ápice em junho, quando o ICV chegou a 7%, levando o

Banco Central a subir os juros para conter a inflação. A partir de dezembro de 2008 a inflação deu claros sinais de recuo, puxado principalmente pela queda dos preços dos bens agrícolas e industriais no atacado.

Apesar da deflação acumulada de -0,92% do IGPM-FGV em 2009, o consumidor ainda deve ser penalizado pelo forte aumento do índice em 2008, quando passou dos 15% no ano. Isso porque o IGPM corrige alguns contratos importantes como o de telefonia. Este resquício de indexação no país é um dos principais pontos fracos da nossa economia e deve suscitar muitas discussões no futuro próximo. Ainda assim, a tendência de queda da inflação futura, juntamente com a desaceleração global, abre espaços para a diminuição da taxa de juros pelo Banco Central em direção a patamares mais próximos do observado em outros países.

Gráfico 2
Índice de Custo de Vida (ICV-DIEESE) - Taxas Anuais
São Paulo (mar/08- mar/09)



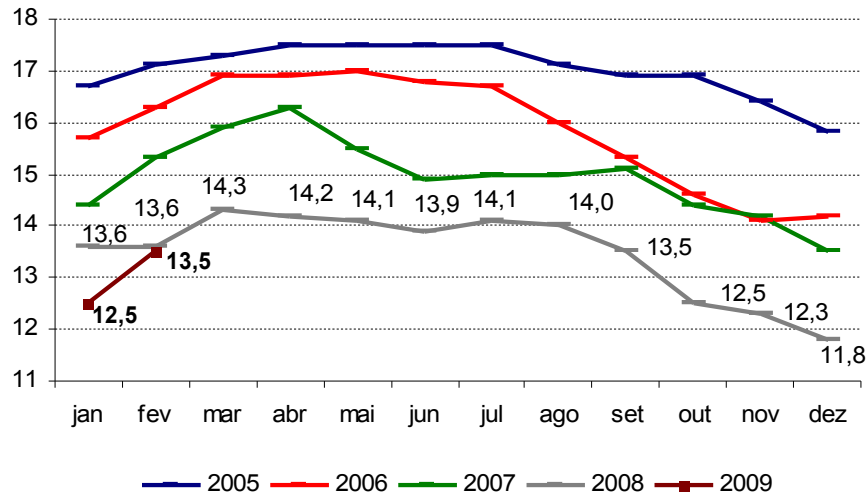
Fonte: DIEESE – Índice de Custo de Vida
Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp Cepes.

A crise tem mostrado sua cara também no mercado de trabalho, sentimento que foi reforçado pelo aumento “natural” do desemprego no início do ano. A taxa de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo cresceu pelo segundo mês consecutivo em fevereiro, atingindo 13,5% da População Economicamente Ativa (PEA). Apenas em fevereiro foram eliminados 179 mil postos de trabalho, elevando o número de desempregados para 1,4 milhão de pessoas. Este movimento representa um aumento de 7% no desemprego em relação a janeiro, mas apesar disso, o desemprego de fevereiro ainda é menor do que aqueles vigentes no mesmo período dos últimos anos (gráfico 3).

Na comparação com fevereiro de 2008, por exemplo, houve uma criação de 58 mil postos de trabalho, sendo que apenas na indústria o saldo foi negativo (-25 mil). A desagregação dos dados de fevereiro para os grandes setores da economia paulistana mostra que o maior número pessoas demitidas trabalhava na indústria (-70 mil),

serviços (-43 mil) e comércio (-11 mil). Os dados da PED para a RMSP captam também o chamado “desemprego oculto”, incluindo aí parte do setor informal, mas é importante também olhar para o setor formal – ou com “carteira assinada”.

Gráfico 3
Taxa de Desemprego RMSP



Fonte: DIEESE
Elaboração: DIEESE – Subseção – Apeoesp/Cepes

Os dados do Ministério do Trabalho revelam que no primeiro bimestre de 2009 houve um saldo negativo de 38.771 vagas em São Paulo. Ocorreram 775.227 admissões contra 813.998 demissões. As quedas foram maiores na indústria de transformação (-48 mil) e agropecuária (-16 mil); já o setores de serviços (20 mil), emprego público (9 mil) e construção civil (7 mil) tiveram saldos positivos.

Os dados do desemprego nos revelam que a crise vem prejudicando principalmente as camadas mais carentes da população. Nada menos que 70,7% dos desligados no primeiro bimestre do ano ganhavam até dois salários mínimos, muito embora esta faixa de renda represente apenas 43,6% do estoque de empregados. O mesmo pode ser observado quando se faz o balanço dos demitidos por tempo de serviço. A porcentagem de demitidos com menos de um ano no trabalho ficou em cerca de 57,8%, enquanto o estoque ou total de trabalhadores nesta faixa em dezembro de 2008 representava “apenas” 34,2% do total de trabalhadores. Esses dados ainda não permitem uma visão clara do que ocorrerá no primeiro semestre, mas é certo que a evolução do emprego e do investimento serão fundamentais para a retomada do crescimento econômico em 2009.

2. Indicadores de Contas Públicas do Estado de São Paulo

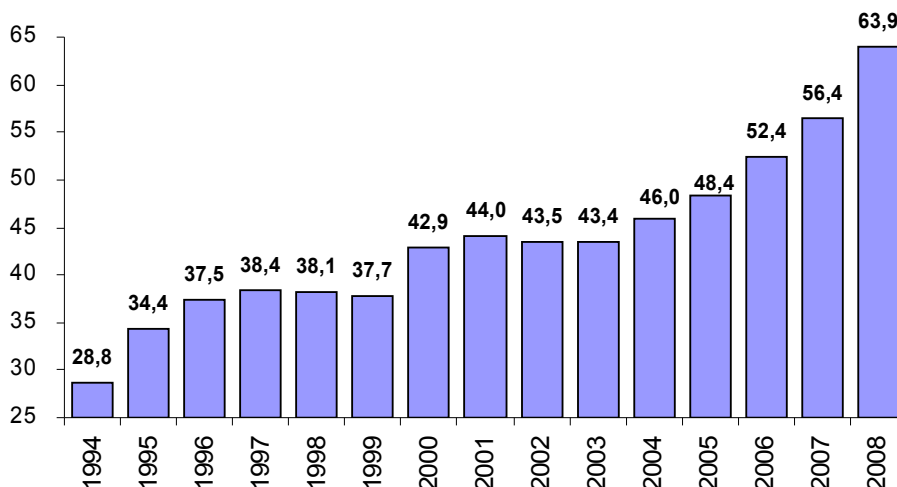
2.1 Receita: Arrecadação de Tributos

A arrecadação da parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que cabe ao Estado somou R\$ 4,76 bilhões em fevereiro. Este valor indica um aumento real de 21,6% na comparação com janeiro, e um crescimento real de 9,2% em relação a fevereiro de 2008. Observa-se que o aumento de 21,6% do ICMS em relação a janeiro deve ser relevado, uma vez que no primeiro mês do ano houve queda de 21,8%. É certo que a parada da indústria em 2009 contribuiu para uma queda da arrecadação do ICMS de 4,6%, mas ao que tudo indica este quadro deve ser revertido nos próximos meses se a crise não trazer novas surpresas.

A LDO 2009 prevê uma arrecadação potencial do ICMS de R\$ 57,4 bilhões, e uma perda de arrecadação devido a isenções fiscais no valor de R\$ 4,2 bi.

O acompanhamento da evolução do ICMS tem mostrado que a base de comparação está muito alta. Basta ver que o total da arrecadação tributária em 2008 apresentou um crescimento real de 20% em relação a 2007. O gráfico abaixo ilustra o excepcional crescimento da arrecadação Estadual entre 1994 e 2008, que tem contribuído para a melhoria dos indicadores da “saúde fiscal” do Estado.

Gráfico 4
Arrecadação de Tributos ⁽¹⁾
Estado de São Paulo (1994-2008)
Em Bilhões R\$ - (preços de dez/08)



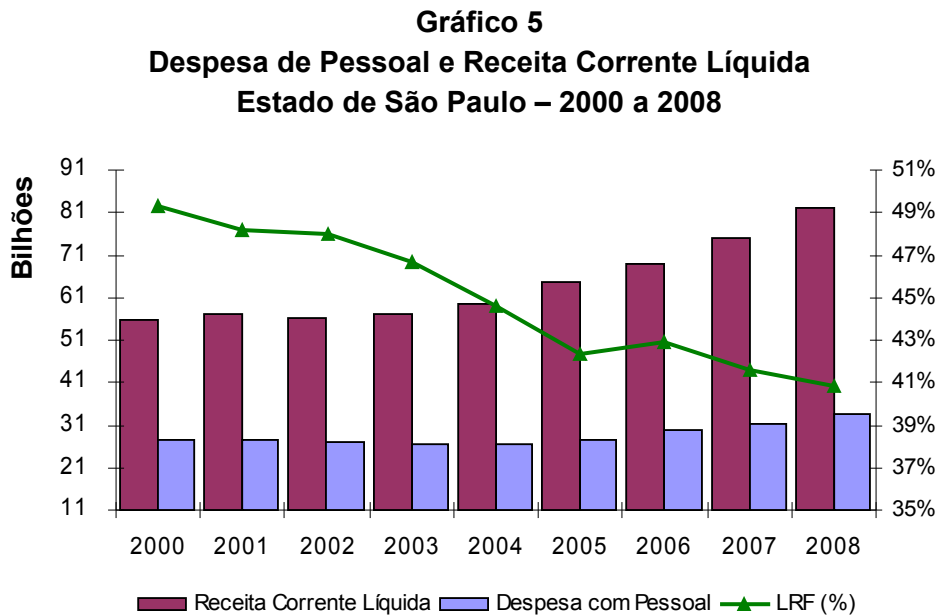
Fonte: Secretária Estadual da Fazenda

Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

Nota: (1) Refere-se à quota-parte estadual dos Seguintes Tributos: ICMS, IPVA, ITCMD e Taxas.

2.2 Despesa de Pessoal do Poder Executivo do Estado

As políticas de contenção fiscal e obtenção de superávits primários têm contribuído para que a execução orçamentária do governo do Estado de São Paulo apresente um crescimento da receita acima das despesas. Entre 2000 e 2008 a Receita Corrente Líquida acumulou alta de 48,1%, ao passo que a Despesa com Pessoal cresceu “apenas” 22,7%, já descontada a inflação. Este quadro geral ajuda a explicar a queda de 8,46 pontos percentuais no comprometimento da **Receita Corrente Líquida** (RCL) com a **Despesa de Pessoal**, entre 2000 e 2008 (gráfico 5). Este valor levou a execução orçamentária do Estado a registrar um gasto com a folha de pessoal de **40,81%** da RCL, mais uma vez abaixo do **limite prudencial de 46,55%** expresso pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o que vem ocorrendo desde 2004.



Fonte: Secretária Estadual da Fazenda
Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

2.3. Resultado Fiscal e Dívida Estadual

No que se refere às contas públicas, o aumento da receita de impostos ao lado do arrocho fiscal permitiu ao Governo Estadual a consecutiva obtenção de **superávits primários** (receita maior que despesa), que passou de R\$ 3,6 bilhões em 2002 para R\$ 5,5 bi em 2008. Porém, o **resultado nominal** que inclui o pagamento dos juros da dívida fechou 2008 com um buraco de cerca de R\$ 13,9 bilhões. Mesmo assim o Estado diminuiu o comprometimento da **Receita Corrente Líquida** (RCL) com a **Dívida Consolidada Líquida** (DCL), passando de 224%, em 2002, para 163%, em 2008. Isto foi possível em grande parte graças ao aumento de 88,1% da RCL, maior do que o crescimento de 36,8% da DCL.

3. Conjuntura setorial da área da educação

3.1 O desempenho do Quadro do Magistério

No mês de fevereiro de 2009 o **Quadro do Magistério** registrou 214.839 profissionais, sendo 48.657 PEB I e 146.551 PEB II. Neste mês, o número de “ocupantes de função atividade” (OFA), tipo de contratação foi mais comum entre ocupantes do cargo de PEB I, representou pouco mais da metade do número de efetivos. As funções de professor coordenador, professor vice-diretor, apresentam uma participação menor de OFAs. Já os 5.121 cargos de diretor de escola e 1.385 cargos de supervisor de ensino não são ocupados por nenhum professor com este enquadramento.

Tabela 1
Número de Funcionários Ativos do Quadro do Magistério, segundo classes
Rede Estadual – Fevereiro de 2009

Classe do QM	Efetivo		OFA		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Professor PEB I	28.748	59,1%	19.909	40,9%	48.657	100%
Professor PEB II	86.973	59,3%	59.578	40,7%	146.551	100%
Professor Coordenador	5.933	74,7%	2.010	25,3%	7.943	100%
Professor Vice-Diretor	3.459	69,9%	1.492	30,1%	4.951	100%
Outros	6.631	98,4%	106	1,6%	6.737	100%
Total	131.744	61,3%	83.095	38,7%	214.839	100%

Fonte: SEE-SP CIE – Centro de Informações Educacionais. Fevereiro – 2009

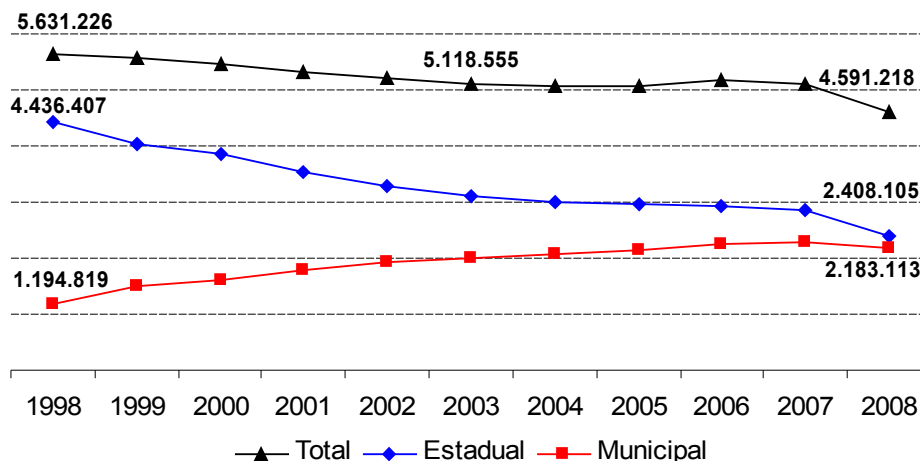
O perfil dos professores efetivo se alterou significativamente desde o atual Plano de Carreira (Lei Complementar 836/98), uma vez que o governo passou a privilegiar a contratação por concurso de professores PEB II. Isso fez com que a participação dos professores PEB I entre os efetivos caísse dramaticamente na rede, passando de 62% dos professores efetivos, em janeiro de 1998, para 25,2%, em janeiro de 2009. Não espanta o fato de que enquanto o número de professores PEB II aumentou de 103,5 mil, para cerca de 145,9 mil, desde 1998, o número de professores PEB I tenha tido uma queda de cerca de 23 mil vagas.

3.2 A evolução das matrículas

A evolução das matrículas no Ensino Fundamental, nos anos de 1998 a 2009, revela o impacto da municipalização do ensino na distribuição entre as redes. Paralelamente a queda do número total de matrículas é possível observar o aumento

substantivo da participação dos municípios e a queda da participação do estado, com as redes praticamente se igualando no número de matrículas.

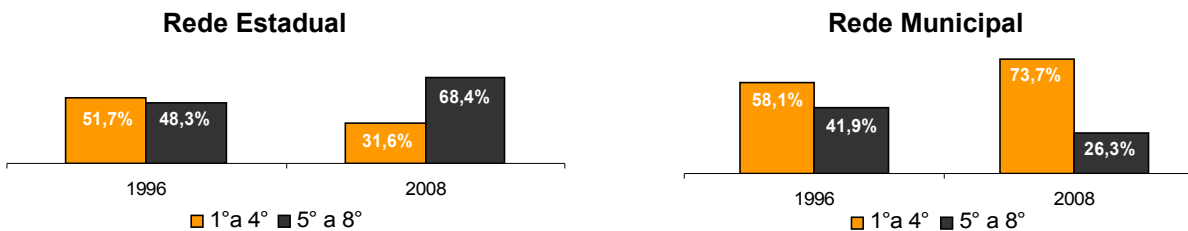
Gráfico 6
Evolução das matrículas: Ensino Fundamental
Participação do estado e municípios
1998-2008



Fonte: MEC - Censo Escolar – 1998 a 2008
 Elaboração: DIEESE – Subseção Apeosp/Cepes

Analisando as matrículas segundo as séries, percebe-se que as matrículas de 1ª a 4ª séries perderam espaço para as de 5ª a 8ª séries na Rede Estadual, enquanto ganham espaço na Rede Municipal. Se em 1996 as matrículas de 1ª a 4ª séries representavam 58,1% das matrículas na Rede Municipal em 2008 elas já representavam 73,7% da rede.

Gráfico 7
Distribuição das matrículas no Ensino Fundamental por Rede, segundo série.
Estado de São Paulo
1996 e 2008



Fonte: MEC – Censo Escolar 1996 e 2008
 Elaboração: DIEESE – Subseção Apeosp/Cepes

O retrato da escolarização do Estado de São Paulo em 2008 revela que o atendimento é escolar é muito baixo na creche (19,27%) e insuficiente na pré-escola (63,36%) e no ensino médio (87,77%). Por outro lado, o ensino fundamental está praticamente universalizado no Estado (118,27% de 1º a 4º e 110,27% de 5º a 8º). No

entanto, ainda existe uma considerável distorção idade-série nessa modalidade de ensino, fato que pode ser observado pela ocorrência de taxa de escolarização maior do que 100%.

Outro ponto importante é que a contribuição do ensino privado para universalização do ensino é apenas marginal, a não ser na creche onde a oferta e a cobertura total é pequena. Este dado é importante para os formuladores de políticas públicas na área da educação, pois mostra que o problema da educação é essencialmente um problema da rede pública de ensino. A cobertura da escola privada para os ensinos fundamental e médio abrange quase que exclusivamente aquela também pequena parcela dos 10% mais ricos, que controlam cerca de 75% da riqueza do país.

Tabela 2
Taxa de Escolarização Bruta.
Estado de São Paulo - 2008

Nível de Ensino	Rede			Escolarização Bruta
	Estadual	Municipal	Privada	
Creche	0,03%	10,66%	8,58%	19,27%
Pré-escola	0,03%	50,81%	12,52%	63,36%
1° a 4° série	34,72%	65,41%	18,19%	118,32%
5° a 8° série	65,31%	22,83%	15,57%	110,26%
Médio	74,69%	1,02%	12,06%	87,77%

Fonte: Censo Escolar - Mec e Fundação Seade
Elaboração: DIEESE - Subseção Apeoesp / Cepes

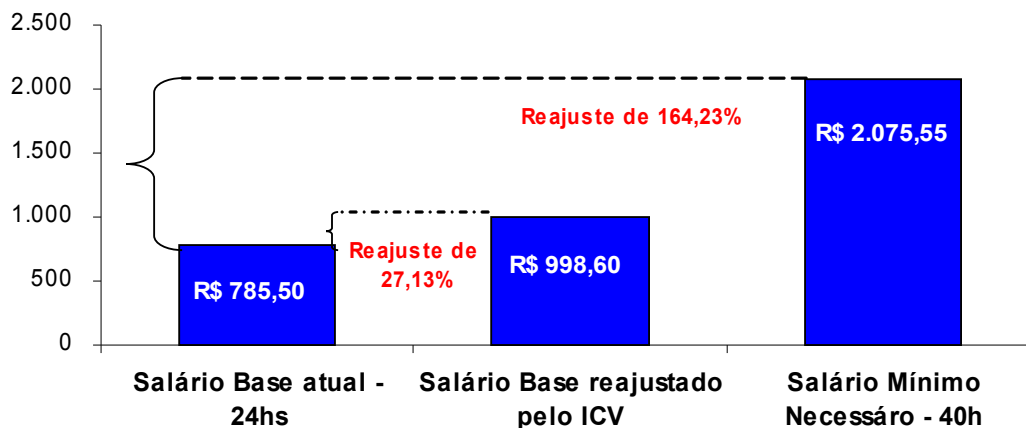
3.3 Evolução do salário base e perdas salariais acumuladas

Desde a implantação do atual Plano de Carreira (LC 836/97) – entre fevereiro de 1998 e fevereiro de 2009 – a inflação apurada pelo ICV-DIEESE foi de 104,64%. No entanto, o **salário base** da categoria foi reajustado em apenas 60,97%, enquanto a remuneração foi reajustada em 84,35% (Professor PEB I, nível I, com jornada de 24 horas semanais). Portanto, para recuperar o poder aquisitivo do salário base fixado em fevereiro de 1998, seria necessário um reajuste salarial de 27,13%. Esta porcentagem seria menor se levássemos em conta a remuneração total, pois neste caso a perda fica “camuflada” pelas gratificações. Mas, mesmo neste caso, os professores ainda precisariam de um aumento de 11% para recuperar o poder de compra que tinham em 1998.

O Gráfico 8 registra qual seria o valor do salário base caso o governo concedesse o reajustado pelo ICV-DIEESE apurado no período. Mas a categoria não se restringe somente à busca da composição das perdas salariais. Uma das principais reivindicações da pauta da APEOESP é no sentido da valorização profissional e do ganho real ou do aumento real do poder aquisitivo tendo como referência o Salário Mínimo Necessário estimado pelo DIEESE. Neste sentido, o gráfico procura mostrar também o qual o reajuste necessário para que o professorado volte aos patamares

salariais que colocavam a profissão entre as mais respeitadas e valorizadas do serviço público.

Gráfico 8
Salário Base ⁽¹⁾ reajustado pelo ICV-DIEESE e Salário Mínimo Necessário ⁽²⁾
2008



Fonte: APEOESP e DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

Nota (1) refere-se ao piso salarial do Professor de Educação Básica I, com jornada de 24h semanais.

Nota (2) O valor do Salário Mínimo Necessário refere-se a Fevereiro de 2009

A elevação do salário, procurando aproximá-lo do SMN calculado pelo DIEESE, pode parecer inatingível devido à magnitude do aumento necessário, 164% sobre o salário base. Mas se pensarmos que o salário do DIEESE é calculado para uma jornada de 40 horas e o piso do professor para 24, e fizermos uma proporção do SMN para as mesmas 40 horas, chegamos à conclusão de que o aumento necessário passaria a ser de cerca de 58% sobre o salário base. Algo plenamente factível para o governo e para categoria, se ambos se propuserem a pensar em uma política de valorização de longo prazo, como a implementada pelo governo federal em relação ao salário mínimo.

3.4 Evolução dos Gastos com Educação

Tanto o valor nominal como o valor real do orçamento do Estado de São Paulo para Secretaria da Educação aumentou significativamente nos últimos oito anos. O aumento real do orçamento da educação (descontado a inflação medida pelo IPCA – IBGE) neste período foi de 24%. Mas em termos relativos os gastos com educação vêm caindo ano após ano desde 2004, quando chegou a representar 15,4% do total do orçamento. Em 2009 a participação dos gastos com educação chegou ao seu menor nível nestes oito anos, representando “apenas” 13% do total do orçamento.

Os recursos gastos com pessoal e encargos da Secretaria da Educação, que representavam cerca de 12,7% do total do orçamento estadual em 2002, também caíram, passando para 9,2% em 2009, seu patamar mais baixo. Isso é um indicativo

importante de que o governo vem privilegiando outros setores que considera prioritários em detrimento da Educação.

Apesar de cumprir com a obrigatoriedade imposta pela Constituição Estadual de investir 30% de sua Receita Corrente Líquida, o Estado só é capaz de executar esta meta incluindo nos totais o gasto da administração indireta (USP, UNICAMP, UNESP e Centro Paula Souza). Se for excluído do cálculo o custo com a administração indireta, os gastos com educação ficam em 21,56%, o que está aquém do limite mínimo imposto pela Constituição Federal para investimentos no Ensino Fundamental e Médio no âmbito estadual.

O problema de interpretação neste ponto é crucial, pois a Constituição Federal permite a leitura de que o mínimo de 25% vinculados à educação se refere aos gastos com os níveis de ensino próprios do Estado, ou seja, o Ensino Fundamental e Médio. Além disso, algumas interpretações, entre as quais as da própria APEOESP, sugerem que o gasto com inativos não deveria ser incluído para efeito do cálculo da vinculação mínima. Caso estas interpretações sejam coerentes, o governo vem gastando nos últimos anos bem menos com educação do que deveria, com a exceção de 2008 em que os inativos foram excluídos do cálculo.

4. Conclusão

No que diz respeito à crise, a análise dos indicadores de conjuntura apresentados indica que apesar do tombo na virada do ano a economia já mostra os primeiros sinais de recuperação. O ótimo desempenho nos últimos três anos em comparação aos dez anos anteriores pode explicar parte deste vigor. O país sofreu para acabar com a inflação crônica e agora pode finalmente direcionar seus esforços para outras tarefas. Nada mais adequado do que prosseguir com a agenda de crescimento e distribuição de renda que tem fortalecido o mercado interno, nosso principal trunfo contra a crise econômica mundial.

No lado das finanças estaduais, foi possível observar que o desempenho da arrecadação surpreendeu o próprio governo. Apesar de o Estado ter arrecadado como nunca, o setor da educação e principalmente os professores amargaram uma diminuição da sua fatia neste bolo. A pauta da APEOESP reivindicando 27,5% de aumento busca acertadamente recompor o salário, garantindo minimamente o poder de compra que este tinha quando foi pactuado o último Plano de Carreira. O governo tem uma folga legal e orçamentária para corrigir esta distorção. E se a crise não pregar mais nenhuma surpresa, quem sabe não pode sinalizar também como uma política de ganho real para categoria. É a qualidade da educação que esta em jogo.